Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Escola de Extensão da USP (1990)

Por ato do Reitor da Universidade de São Paulo, de 17 de maio de 1990 (Portaria nº 637) foi constituído um Grupo de Trabalho com a incumbência "de estudar a viabilidade da criação de uma Escola de Extensão da USP". O grupo se reuniu cinco vezes, tendo convidado outros professores para expor pesquisas e estudos relacionados com o tema. Do grupo faziam parte Carolina M. Bori, coordenadora; Celso Rui Beisiegel, Dalmo de Souza Amorim, Elza Furtado Gomide, Ernesto Giesbrecht, Henrique Fleming, José Galizia Tundisi, Ayrton Almeida Tullio, Milton A. Santos, Oswaldo U. Lopes, Simon Schwartzman, João Alexandre Costa Barbosa.

A primeira discussão foi a respeito de qual deveria ser o público alvo de uma Escola de Extensão da USP. A conclusão foi de que, entre as diversas possibilidades, seria mais urgente que a escola se voltasse para o aperfeiçoamento de professores de primeiro e segundo grau. Para explorar esta ideia, foi proposto que se fizesse um diagnóstico a respeito da situação do ensino, do ponto de vista do aprendizado dos alunos, e das características dos professores do ensino básico e secundário, assim como das responsabilidades da Universidade ante esta situação. Isto foi feito pela leitura de estudos realizados no Brasil e no exterior, bem como por discussões com especialistas especialmente convidados.

O diagnóstico confirmou as impressões iniciais a respeito da urgência do problema da qualificação dos professores da rede pública, que são formados em sua grande maioria em escolas particulares e isoladas e em cursos noturnos de qualidade duvidosa. Para os alunos, isto se reflete nos altos níveis de repetência nas primeiras séries da escolas públicas, e nas altas taxas de evasão. Este quadro assinala a necessidade de a Universidade assumir sua responsabilidade em reverter esta situação.

O grupo dedicou também parte de seu tempo para examinar diferentes experiências da Universidade de São Paulo no campo da formação e aperfeiçoamento de professores. Constatou-se que a Universidade possui uma ampla e diversificada experiência deste tipo de atuação, e que forma um acervo de motivação e competência. Esta experiência acumulada demonstra que o projeto de uma escola de extensão conta com uma condição fundamental para sua viabilidade, que é o interesse e a motivação dos professores da Universidade.

A implementação deste projeto requer a formação de um grupo técnico, a ser designado pelo Reitor da Universidade de São Paulo, com a função de dimensionar e detalhar o projeto da Escola de Extensão, inclusive do ponto de vista de financiamento. Caberia ao grupo, além disto, aprofundar o exame dos seguintes aspectos:

1. **Público e escopo**

O público inicial da Escola de Extensão deverá ser prioritariamente o professorado de primeiro e segundo graus da rede pública de São Paulo, em todas as áreas de conhecimento. A iniciativa da USP deverá influir não só em nosso estado, mas em todo o país, por seu exemplo e por estímulos e auxílios vários que poderá oferecer a

outras instituições. Em etapas posteriores as atividades de extensão deverão diversificar sua abrangência, oferecendo mais oportunidades educativas para outros públicos.

2. **Organização da Escola**

O Grupo de Trabalho acredita que a Escola de Extensão não deveria possuir um quadro próprio de professores, mas sim trabalhar com os docentes dos diferentes campi e unidades da USP em seus respectivos locais de trabalho. Foi considerada também a possibilidade de envolver os alunos de pós-graduação nestas atividades. A organização da escola deverá consistir, fundamentalmente em uma coordenação acadêmica bem definida e forte, e uma estrutura gerencial capaz de mobilizar os recursos humanos e técnicos disponíveis na Universidade e realizar trabalhos de divulgação, acompanhamento e apoio didático-pedagógico aos trabalhos a serem desenvolvidos. As dimensões e as características desta estrutura dependerão em parte das metodologias de trabalho a serem utilizadas, como indicado abaixo.

3. **Métodos de trabalho**

O Grupo de Trabalho observou que as inúmeras experiências de trabalho de extensão realizadas nas diversas unidades da USP tendem a ser circunscritas a setores e grupos limitados, não tendo jamais a abrangência que a Escola de Extensão deveria possuir. As iniciativas existentes devem ser preservadas em suas especificidades, estimuladas e ampliadas o quanto possível. Cada Unidade com suas atividades próprias, cada Instituto com sua vocação. Além disto, no entanto, é necessário um esforço conjunto de organização e sistematização de toda a experiência, para que as atividades de extensão atinjam um novo patamar. Para o enorme contingente que afinal se espera atingir, outros meios terão que ser utilizados, de muito maior alcance. Deve-se pensar em processos de instrução à distância, utilizando-se de experiências já consolidadas em outros países, e que requerem:

- produção de textos didáticos de boa qualidade;
- produção de vídeos e outros recursos audiovisuais;
- mecanismos de apoio e acompanhamento personalizado do público alvo;
- formação de multiplicadores, professores capazes de retransmitir os conhecimentos que recebem.

Estas novas metodologias de trabalho não são triviais, e requerem um trabalho constante e permanente de estudo e pesquisa, que deveria ser desenvolvido e estimulado pela Escola de Extensão, em colaboração com professores das unidades interessadas.

Tudo isto significa que, ao invés de responder apenas às solicitações e de cursos e convênios que lhe são feitas, **a USP tomará as iniciativas que considerar convenientes na sua visão do problema.**

4. Envolvimento dos professores

A Grupo de Trabalho discutiu a necessidade de criar incentivos para que os professores das unidades se envolvam nos trabalhos da Escola de Extensão. É necessário que a participação nestes trabalhos seja considerada como parte da carga didática normal do docente, e que a contribuição dada neste campo possa ser devidamente reconhecida, em termos de prestígio profissional e de carreira. Possibilidades de remuneração financeira adicional, dentro das normas gerais dos regimes de trabalho na Universidade, deveriam ser também examinadas.

5. **Envolvimento do público-alvo.**

Finalmente, o Grupo de Trabalho considera que um projeto destas dimensões não pode ser realizado de forma unilateral pela USP, mas requer a criação de laços de cooperação institucional que garantam que os professores da rede que participem no programa recebam o apoio e a retribuição correspondentes a este esforço adicional. A identificação de novas formas de cooperação entre a Universidade de São Paulo, Secretarias de Educação e outras instituições interessadas deve ser uma das atividades importantes a ser desenvolvida pelo grupo técnico que ora se propõe.

***